

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Rinalva Cassiano Silva¹ - UNIMEP

rinalva.silva@uol.com.br

Resumo: Em uma sociedade cada vez mais complexa e marcada por mudanças, inovações e incertezas, o papel da educação, de um modo geral, e das Instituições de Ensino Superior (IES), no que se refere ao oferecimento de respostas às demandas sociais influenciadas pela sociedade do conhecimento, como é nominada no presente século, é o maior desafio das instituições educacionais. Repensar a educação, criando vasos comunicantes com a sociedade como um todo e com o próprio sistema educacional em particular, deve ser a preocupação maior dos gestores, os quais devem zelar por uma educação democrática que preze a inclusão e que tenha qualidade. A educação é um campo controvertido, atravessado por diversos olhares, diferentes formas de conceber o conhecimento, com múltiplas disputas epistemológicas e limites difusos nas áreas do conhecimento. Entretanto, no gerenciamento da instituição, nenhum desses fatores pode inibir o gestor na execução de sua tarefa. Dada a importância capital da educação em nosso país, em todos os níveis educativos, nos encontramos frente às múltiplas demandas que não podem ser descuradas. Nessa perspectiva, o presente artigo apresenta uma reflexão a respeito das políticas públicas e da gestão democrática e do compromisso com a educação.

Palavras-chave: gestão; educação superior; políticas públicas

Políticas Públicas da Educação

Trabalhar as políticas públicas da educação brasileira é um tema que sugere uma reflexão mais abrangente sobre a evolução das políticas de ensino tanto nas IES públicas como nas privadas. O tema faz parte dos demais abordados neste artigo, entretanto podemos verificar, sem muita dificuldade, que, a partir da década de 90, novas políticas na educação superior destacaram-se, por exemplo, padrão de gestão e financiamento para a educação.

O Ministério da Educação (MEC) passou a cobrar um crescimento das IES no que se refere à expansão das vagas e criação de cursos, maior produtividade acadêmica, com cobranças mais amígdas, e modernização organizacional centrada em uma lógica cuja racionalidade evidencia a adoção de um novo paradigma que abarca o sistema contábil das IES, agora voltado para a lógica do mercado.

No tocante à expansão de cursos e número de alunos, o governo criou o sistema de cotas, que afetou as universidades que trabalhavam na lógica das elites privilegiadas – classes com poucos alunos, diferenciados por um processo seletivo altamente competitivo.

A política de acesso e expansão da educação superior mudou a concepção da forma de ingresso dos alunos, trazendo, para as universidades públicas, desafios importantes, entre eles, a disputa por maiores recursos para as instituições.

Neste século, o grande desafio vem com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que traz em seu bojo uma nova concepção de

¹ Doutora em Educação pela Vanderbilt University, USA. Endereço eletrônico para contato: <rinalva.silva@uol.com.br>.

universidade. Essa reforma tem causado polêmicas nos meios universitários, contudo parece que ela veio para ficar.

Os tempos mudaram, e a instituição universitária precisa sair de sua torre de marfim e alargar seus horizontes.

Gestão Democrática da Educação

Primeiramente, precisamos definir a palavra gestão, para entendermos acerca de qual gestão estamos tratando.

Segundo Ferreira (1999,), gestão significa “ato de gerir; gerência, administração. Gestão de negócios, administração oficiosa de negócio alheio, sem mandato ou representação legal”.

Gestão, tomada como sinônimo de administração, significa: ação de administrar; gestão de negócios públicos ou particulares; governo, regência; conjunto de princípios, normas e funções, que tem, por fim, ordenar e estruturar o funcionamento de uma organização (FERREIRA,1999).

Para Kwasnicka (1989), o estudo da administração é um desdobramento da história das transformações econômicas, sociais e políticas de várias culturas, ou seja, são as necessidades naturais do homem, que precisam ser atendidas por meio de esforços organizados.

Por se tratar de gerir, administrar a educação não foge do pressuposto de que é necessário dirigi-la com responsabilidade no seu caráter democrático, de tal forma que seja organizada e orientada para a prática da coisa pública.

Assim, quais são as políticas públicas que devem nortear a gestão democrática da educação? Antes de responder a essa pergunta, cabe ressaltar que a educação superior no Brasil abarca um sistema extremamente complexo e diversificado pela natureza das instituições, sendo elas públicas ou privadas.

Nas públicas, vamos encontrar as federais, estaduais, municipais, enquanto nas privadas, as com fins lucrativos, confessionais, comunitárias, etc. Além das universidades, há os centros universitários e as IES isoladas, ou seja, as faculdades.

Em todas essas instituições geridas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1996), encontramos diferentes cursos e programas, incluindo vários níveis de ensino desde a graduação até a pós-graduação.

Certamente, a gestão educacional precisa ser vista pela ótica da LDB, entretanto esta não basta para gerir a educação, pois se faz necessário que ela seja vista, também, pela ótica do gestor que tem a maior responsabilidade pela instituição.

De acordo com o preceito legal, isto é com a LDBEN, as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Apesar do preceito, o que se percebe, na prática, é que essa autonomia é bastante limitada por atos expedidos por órgãos oficiais que interferem de diversas maneiras na vida das universidades. As instituições não-universitárias sofrem interferências ainda maiores. Dessa

forma, o que se deseja com a gestão democrática na universidade? Essa é uma questão posta, mas sem resposta.

As instituições educacionais não podem e nem devem ficar simplesmente no postulado legal de sua autonomia. É necessário que avancem para uma outra lógica, construída a partir do exercício do diálogo, na elaboração do seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI). No dizer de Vasconcellos (1995), o projeto pedagógico como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, é um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade.

Mesmo trabalhando o projeto pedagógico para o ensino básico das escolas, o conceito apresentado pela autora pode amplamente ser aplicado às IES.

Para a universidade brasileira – pública ou privada –, um ponto crucial na sua viabilidade encontra-se no chamado “foco do mercado”. Trata-se de uma contribuição direta da ciência da administração e do marketing à ciência da educação. O modelo empresarial de gestão está em curso dentro das universidades e, sem dúvida, sem retorno.

A democratização da educação passa pela construção de um PPI que justifique a sua inserção na comunidade externa e não a democratização intramuros. Sua responsabilidade com o mundo externo é formar profissionais que atuarão fora da instituição, num mercado competitivo que exige competência técnica (conhecimentos) e política (habilidade).

Gerir uma universidade, com qualidade e habilidade, exige competência profissional. Não existe mais lugar para o amadorismo na gestão, sob pena de dar lugar à inércia organizacional.

Educação de Qualidade e Gestão Democrática

Herdeiro de uma convulsão social, segundo o Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação – ForGRAD(2004), o milênio se inicia com fortes transformações nas políticas econômicas e sociais e nas questões epistemológicas.

Todas essas mudanças trazem profundas consequências na educação, a qual, entendida como produto no século passado, passa a ser compreendida, vista, julgada como processo no presente século. Concepção muito mais rica e abrangente, na qual o ingrediente principal para o êxito de seus objetivos é a qualidade. Para se ter uma idéia desta, parâmetros são criados; o principal deles é a avaliação da educação ofertada tanto no nível da estrutura posta nos órgãos oficiais quanto no interno das instituições.

Durante a década de 80, o conceito de qualidade tomou um sentido muito forte, gerando, nas empresas, um caráter de aferição por meio das normas da Organização Internacional para Padronização (ISO), que avaliavam a qualidade de seus produtos.

Nessa década, escrevemos um livro intitulado *Educação: A Outra Qualidade*. Defendíamos que a qualidade na educação nunca poderia ser medida pelas normas ISO, pois esta trabalha com o humano, dono de sua potencialidade, e não com máquina.

Hoje, a educação é concebida como um processo a ser avaliado e não como produto e, como processo, mudam-se as estratégias de ação.

No ano de 2000, finda a Década da Educação, instituída em Jointien, em 1990, na avaliação das metas estabelecidas, poucos objetivos foram atingidos e, dentre eles, pode-se citar o maior acesso ao ensino superior e a melhor qualidade deste (CORTELAZZO, 2004).

O que se queria com a Década da Educação era a universalização do ensino fundamental e uma maior qualidade no ensino superior, com um crescente aumento do número de estudantes.

Posteriormente, a Cúpula do Milênio, realizada em New York, em 2004, novamente estabelece a meta de garantia do ensino fundamental universal e um ensino superior de qualidade para um número crescente de indivíduos (CORTELAZZO, 2004). No Brasil, onde a universidade é recente, em relação à Europa e América do Norte, uma vez que a universidade no Brasil ainda não tem 100 anos e é premiada pelo embate ideológico manifesto nas concepções de qualidade e avaliação.

A universidade brasileira ainda não conseguiu, com sucesso, uma avaliação de qualidade, a não ser em umas poucas públicas e privadas. A universalização da educação não se completou e os órgãos federais, em especial o MEC, luta por uma universalização almejada. Só haverá qualidade na educação quando tomarmos consciência do processo, o qual entende-se pela criação de estratégias e procedimentos que levem em conta flexibilidade de ações, avaliações constantes, política de acesso à educação como direito de todos e criação de modelos diferenciados no estabelecimento de cursos que comportem as demandas tecnológicas presentes, hoje, na sociedade do conhecimento, isto é, sair do velho e clássico modelo e alçar voo com novas formas de gerar conhecimentos.

Compromisso Social da Educação

Compromisso ou Responsabilidade Social das instituições de ensino tem sido um dos temas mais abordados da atualidade. Vive-se um período de grandes transformações no mundo educacional, sobretudo com a chamada sociedade do conhecimento, sociedade da informatização, da globalização ou outras adjetivações que se queira usar. O fato é que o processo educativo mudou, levando as instituições educacionais ao redesenho de suas funções, o qual vai refletir no compromisso social da educação.

Na sociedade do conhecimento, a instituição educativa trabalha com dimensões relevantes, como a democratização, a inclusão, a importância das diferentes culturas, a cidadania e outros parâmetros que não eram abordados diante da sua devida importância.

De acordo com Leite (2006), Responsabilidade Social se traduz na forma como uma instituição conduz suas atividades, de maneira que se torne co-responsável pelo desenvolvimento da sociedade. Quando realmente aplicada, permeia a pesquisa científica, a gestão responsável e, também, a extensão, sendo muito mais que pura filantropia.

O compromisso social da educação não pode ser visto como assistencialismo, pois vai muito além de uma assistência aos carentes, a qual é dever do Estado.

A Responsabilidade Social implica em criar programas de extensão que, enquanto fruto do ensino e da pesquisa, possibilita a inserção da universidade na comunidade por meio dos programas sociais, visando a ação da cidadania vista como prática comprometida com o bem-estar da sociedade. Nesse sentido, Buarque (1994) afirma que “[...] a extensão universitária é apenas um método para o ensino e pesquisa. Não deveria ser uma categoria especial. Mas pelo

desprezo com que professores e alunos tratam a extensão, foi necessário fazer dela um tipo especial de atividade acadêmica.”

Aragão (2008) assevera que Responsabilidade Social pressupõe produzir conhecimento interativo com os problemas humanos da realidade moderna, bem como cuidar para que esse conhecimento esteja voltado, efetivamente para a melhoria de vida da sociedade brasileira, mormente da comunidade de sua região de inserção.

Nesse sentido, a inclusão significa, sobretudo, o capacitar pessoas, empresas, professores, e, principalmente, os estudantes, pois a estes compete a tarefa maior que é propugnar pela aceitação de cada um e cada qual como parte de grupos sociais diferenciados.

É preciso, também, lembrar que inclusão social não é somente para alunos portadores de necessidades especiais, e sim é para todos que, de alguma forma, se sentem excluídos em alguma situação que envolva discriminação pertinente a cor, raça, idade, gênero, situação econômica desfavorável, homossexualidade, entre outros.

Compete a cada um de nós – pensadores, críticos, docentes, gestores – a Responsabilidade Social de mudarmos o quadro dos excluídos, possibilitando que todos tenham uma vida digna e profícua.

Assim, o conceito de ensino toma afeição e uma projeção diferente da concepção que se tinha da mera transmissão de fórmulas dadas. Passa a ser construção do novo, ao mesmo tempo reconstrução do antigo, ou seja, na concepção quase cíclica que se constrói ou se produz e se reproduz constantemente.

Vale dizer que a universidade precisa atuar como centro de reflexão crítica apurada e não aderir pré-criticamente aos interesses globalizados do neoliberalismo, sem deixar de dar retorno, de forma visível e palpável, à sociedade, especialmente aos mais pobres materialmente, daquilo sobre o que constitui seu objetivo. A universidade precisa atentar para que o conhecimento seja sempre assimilado e colocado a serviço do bem comum e da equidade social.

Responsabilidade Social significa antever a construção de uma ética, hoje ausente nas instituições econômicas, políticas, sociais, empresariais, etc.

Se a universidade quer entregar à sociedade cidadãos críticos, donos do seu saber, precisa pensar na formação ética dos estudantes que serão futuras lideranças. Não falo da teoria, mas, sim, da prática, do comportamento e do compromisso ético.

Uma instituição pode ensinar ética aos seus estudantes até a exaustão, mas quando eles se depararem com uma circunstância antiética em que, por pressão de grupos, não sejam capazes de resistir o que aprenderam perderá todo o sentido. A teoria sem o exercício prático de nada servirá.

Num país em desenvolvimento, como no caso do Brasil, a questão da Responsabilidade Social está posta como elo entre dois mundos totalmente diferentes: de um lado, a universidade com os tecnocratas, os docentes corporativistas, os discentes, sua missão, sua pesquisa, etc. e, do outro, a realidade do país, com as injustiças sociais, o sistema precário de saúde, o burocratismo exagerado nas decisões governamentais e o antagonismos de toda ordem.

São dois mundos vivendo relações simbióticas e conflituosas, no dizer de Calderon (2006).

À Guisa de Conclusão

A gestão democrática da educação no Brasil passa pelos subtemas apresentados, ou seja, qualidade da gestão, que implicará na qualidade do ensino, e Responsabilidade Social da educação.

Esses e outros temas são pilares fundamentais para que a universidade brasileira saia do seu estágio de inércia perante o cenário do século XXI, uma vez que uma grande maioria das instituições vive o século XX – as universidades das elites –, e percebe que o mundo mudou, sobretudo com a era da tecnologia e biotecnologia, hoje em acentuada expansão, num mundo globalizado no qual a aldeia não existe. Novos paradigmas dão o tom do novo cenário brasileiro, cedendo lugar às discussões já realizadas em outros países e incorporando, em sua agenda, temas como: ética, solidariedade e Responsabilidade Social. Isso poderá ser feita por meio do ensino, da pesquisa e extensão, com a seriedade e rigorosidade que o momento exige.

Bibliografia Consultada

ARAGÃO, Rosália Maria. **Compromissos das IES com os programas de inclusão social e inclusão digital**. Piracicaba, 2008. (Texto não publicado).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23/02/2009.

BUARQUE, Cristovam. Dicionário da crise universitária. In: **A aventura da universidade**. São Paulo: Paz e Terra e Unesp, 1993, págs. 161 a 239.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade Social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior: Estudos**, Brasília, ano 24, n. 36, jun. 2006.

CORTELAZZO, Angelo Luiz et al. Indicadores de avaliação e qualidade na graduação. In: FORGRAD, 1997 a 2004. **Resgatando espaços e construindo idéias**. 3. ed. amp. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 121- 122.

DAVIS, Cláudia; GROSBAUM, Marta Wolak; e outros. Sucesso de todos, compromisso da escola, In: **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, págs. 77 a 113.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Século XXI - O Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 4ª impressão, 1999.

KWASNICKA, Eunice Lavaca. Teoria geral da administração: uma síntese da TGA. Caso: a universidade na ordem do dia. São Paulo: Atlas, 1989, p. 36-37.

LEITE, Denise. **Responsabilidade Social e avaliação**. Recife, set. 2006. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/cpa/documentos/seminarios>>. Acesso em: 23 de fev. 2009.

MORAES, Cláudia Herte de. Apontamentos sobre o Contexto do Ensino Superior in **Educação Brasileira**, Brasília, v. 28, n. 56-57, p.13-29, jan./dez. 2006. Periódico.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. In: _____. **Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola**. São Paulo: Libertad, 1995. p. 51.